

Museus e Memórias da Repressão e Resistência em Belo Horizonte: reflexões sobre o espaço construído na produção de lugares de memória

Museums and Memories of Repression and Resistance in Belo Horizonte: reflections about the built environment in the production of places of memory

Felipe Eleutério Hoffman*; Maria Guiomar da Cunha Frota**

Resumo: Observa-se nos últimos tempos o surgimento de uma ampla gama de projetos e instituições de memória no território das cidades contemporâneas, que tem como objetivo atender a ações de reparação moral a acontecimentos que tiveram como marca conflitos, violências e violação dos direitos humanos. O recente ímpeto de revisão e discussão destes acontecimentos somado ao fenômeno crescente de patrimonialização têm gerado novos espaços e lugares de memória, como aqueles que poderíamos considerar vinculados a memórias traumáticas e ao sofrimento: antigos hospitais, antigas prisões, locais relacionados a tragédias, a crimes, locais relacionados a períodos e regimes ditatoriais, entre outros. Através do discurso patrimonial novos significados têm sido atribuídos a esses espaços. A presente investigação objetiva responder como o espaço construído, as edificações, enquanto portadoras dos rastros e vestígios dos acontecimentos que as tiveram como palco, podem ser mobilizadas na construção de espaços de representação que sejam não só um suporte, mas que também permitam discutir estas memórias? Com este propósito selecionou-se três projetos e espaços em gestação no território da cidade de Belo Horizonte, que visam constituir lugares de preservação de memórias sobre acontecimentos e episódios de violação aos direitos humanos dentro de contextos de repressão e resistência. São eles: O Memorial da Anistia, o Memorial dos Direitos Humanos e o Espaço Comum Luiz Estrela. Desta maneira interessa discutir frente aos estudos de caso selecionados e outras possibilidades já consolidadas de espaços memoriais relacionados a memórias traumáticas, de que forma estes nos permitem entrever questões relacionadas à mobilização do espaço construído na constituição de espaços de memória, principalmente aqueles engendrados pelo discurso patrimonial.

Palavras-chave: Museus, Memória, Arquitetura, Memória do trauma, Belo Horizonte.

Abstract: It is observed in recent years the emergence of a wide range of projects and memory institutions in the territory of contemporary cities, which aims to meet actions of moral reparation to events that had as its mark, situations of conflict, violence and human rights violations. Recent waves of review and discussion of these events added by the growing phenomenon of patrimonialization have generated new spaces and places of memory, such as those that might be considered related to traumatic memories and suffering: old hospitals, old prisons, tragedy and crime related sites, places related to dictatorial regimes, among others. Through heritage policies new meanings have been attributed to these spaces. As purpose of this research, we aim to investigate how the built environment, the buildings that carry the tracks and traces of the events that had them as stage, can be mobilized in the construction of places of representation that are not only support for memories, but also places that allow us to discuss these memories? To this end we selected three projects and spaces that are under implementation in the city of Belo Horizonte, which are intended as places of preservation of memories related to events and episodes of violation of human rights. They are: Memorial da Anistia, Memorial dos

* Museólogo - UFOP, Msc. Arquitetura e Urbanismo - UFMG, Doutorando em Ciência da Informação – UFMG. hoffmanfelipe@yahoo.com.br

** Professora Associada na Escola de Ciência da Informação da UFMG, Departamento de Teoria e Gestão da Informação, Doutora em Sociologia pelo IUPERJ. frotaguiomar@yahoo.com.br

Direitos Humanos and Espaço Comum Luiz Estrela. Our objective is to discuss those selected case studies and others already consolidated memorials that are related to traumatic memories, and how they allow us to glimpse the mobilization of the built environment in the production of memory sites, especially those engendered by the heritage discourse.

Key-words: Museum, Memory, Architecture, trauma memory, Belo Horizonte.

1. Introdução

Por todo o globo, acontecimentos como o Holocausto, o Apartheid, e os períodos ditatoriais na América Latina, têm gerado uma obrigação de se prestar contas ao passado, principalmente através de uma necessidade de marcar a época com a criação de lugares de memória. Embora diversificadas, estas instituições comumente constituem-se com o intuito de que as gerações futuras conheçam e não permitam que violações com o mesmo cunho voltem a ocorrer, além de compor um dos eixos estruturantes da reparação moral às vítimas da violência de Estado outrora sofrida (KREUZ, 2014).

Outra questão para se pensar estes processos na contemporaneidade é a constatação de que estas memórias ao serem “patrimonializadas” tendem a resultar na afirmação de uma narrativa única a respeito dos acontecimentos que referenciam, em detrimento de uma multivocalidade. Vozes alternativas sobre o passado são reprimidas. Inserem-se na disputa entre o que deve ou não ser lembrado, podendo resultar por meio de sua mercantilização em um processo de banalização da memória.

É nesta conjuntura que se desenvolvem atualmente no Brasil projetos de implantação de instituições museais que tem como missão institucional preservar a memória de acontecimentos que se relacionam a episódios de dor, sofrimento e violações de direitos. Embora apresentem diferentes formas de articulação, estes museus ou centros de memória, têm prioritariamente se dedicado à rememoração de episódios relacionados à Ditadura Militar que foi instaurada no país a partir do golpe civil-militar em abril de 1964. As memórias de repressão, resistência, censura, tortura e desaparecimentos, que marcaram este período, têm emergido desde a abertura democrática que se efetiva de maneira gradual no país a partir de 1985 com o fim do regime.

De maneira contrastante com os demais países da América do Sul, no Brasil ainda são poucas as iniciativas que primam por construir uma memória pública sobre estes acontecimentos através da instituição de museus e memoriais. Este movimento

têm se intensificado no contemporâneo, fruto de um contexto político que ainda que seja conturbado é favorável a estas discussões, principalmente com a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2012.

Verifica-se dentro das propostas engendradas a recorrência de uma reivindicação de antigos espaços relacionados às práticas de opressão ou de resistência a este regime, como parte fundamental dos projetos. Seja como sede para implantação destes museus ou como espaços, que por sua materialidade, são utilizados dentro da narrativa museal como potencial recurso museográfico. Mas não são apenas as memórias do regime militar que se observa a consagração de lugares de memória. Ainda que em uma escala bem reduzida, as memórias de outros episódios traumáticos têm se colocado em cena, com o objetivo de invadir o espaço público e abandonar a clandestinidade.

Outra política de Estado implementada no país também produziu dor, sofrimento e mortes. Trata-se das condições a que eram submetidos milhares de pessoas internadas nos Hospícios, Manicômios e Hospitais Psiquiátricos por todo o Brasil. As condições desumanas a que eram submetidos os internos, somadas às práticas de “tratamento” agressivas que foram praticadas por estas instituições, atravessaram grande parte do século XX. Apenas a partir da década de 1980 é que mudanças nesse sistema começam a ser implantadas na medida em que ganham força os movimentos antimanicomiais e se inicia a reforma psiquiátrica.

Embora por diversas vezes e por meio de diferentes mídias este período da história do país tenha ganhado publicidade, movimentos engajados na luta antimanicomial têm procurado construir espaços de memória sobre estes acontecimentos. Lugares que possam constituir uma política de memória mais duradoura sobre os acontecimentos. Espaços não só para lutar contra o esquecimento, mas também para informar, inspirar e engajar as pessoas em uma luta pela melhoria nas condições de atendimento psiquiátrico e para o combate das formas de exclusão que tomam a loucura como objeto. Dentro destas propostas não é incomum encontrar a reivindicação dos antigos espaços de recolha e “tratamento” de internos, para se constituir como os espaços de implantação destes projetos.

É dentro deste contexto que no presente trabalho foram selecionados como objeto de análise três projetos e propostas de implantação de instituições de memória que se desenvolvem na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Duas delas se

relacionam com as narrativas sobre o período da Ditadura Militar. A primeira, o Memorial da Anistia Política do Brasil, trata-se de uma iniciativa de âmbito Federal que visa apresentar as memórias do período a partir de uma perspectiva das vítimas do regime. A segunda, o Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais, por sua vez é uma iniciativa de âmbito estadual, que se destaca pelo pioneirismo de sua idealização no final do séc. XX, mas que, no entanto, devido a embates e disputas ainda luta por sua implantação.

Por fim o Espaço Comum Luiz Estrela, resultado de uma ocupação cultural realizada por grupos ligados a diferentes movimentos sociais da cidade. Entre a pluralidade de sua pauta, objetiva implantar um Centro de Memória que lide com as narrativas do período em que o prédio que ocupam abrigou um dos Hospitais Psiquiátricos de referência em Belo Horizonte.

2. A memória e o Espaço: o poder do meio material

A ligação entre indivíduos, os agrupamentos humanos e o universo material ao seu redor constitui-se como fator potencialmente significativo no estabelecimento dos processos da memória. Tal associação se estabelece de modo que nossa capacidade de lembrança está diretamente determinada por referentes espaciais. Esta é dependente e determinada pela aderência dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte, aos espaços e ao meio material circundante, não há, portanto, memória que se desenvolva fora de um quadro espacial (HALBWACHS, 1990). O meio material se estabelece, por excelência como nosso suporte temporal.

O universo material no qual estamos imersos, a disposição de todos os artefatos ao nosso redor (objetos ou edificações), carrega ao mesmo tempo marcas que dizem respeito ao indivíduo, assim como fazem referência aos outros. Ao mesmo tempo refletem nossos gostos e o que nos distingue e nos aproxima dos outros.

Não é uma simples harmonia e correspondência física entre o aspecto dos lugares e das pessoas. Mas cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens [...] De fato, as formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estávamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falam, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente (HALBWACHS, 1990, p.132).

Esta percepção do universo material, bem como seu relativo caráter de estabilidade, de que nos fala Halbwachs, exerce um papel fundamental em nosso equilíbrio mental, a partir da garantia de referências familiares, como contrapontos às mudanças bruscas. Neste sentido, é por meio desta dinâmica de permanência e mudança que se desenvolvem os laços dos indivíduos com o espaço e a memória. O historiador dos museus e do patrimônio Bittencourt nos adverte:

Em torno de nossas vidas, giram apenas duas certezas: a primeira, a da mortalidade; A segunda, a vida se dá, do início ao fim **delimitada e potencializada por artefatos** e, para estarmos no mundo, dependemos todos de uma infinidade deles, que, **de diversas formas, nos expressam – tanto quanto nós a eles** (BITTENCOURT, 2011, p.27, grifo nosso).

Nesta direção destaco duas questões fundamentais trabalhados pelo autor no que se refere ao relacionamento dos grupos humanos e o mundo material. A primeira, o meio material apresenta a capacidade de expressar características individuais ou pertencentes aos grupos, ao mesmo tempo em que nos influencia no estabelecimento destas características. A segunda, vivemos completamente imersos em um mundo de artefatos, o que inclui nesta classificação o espaço construído. Quando um indivíduo ou grupo está inserido numa parte do espaço, eles a transformam à sua imagem, e são ao mesmo tempo influenciados por ela na medida em que se sujeitam e se adaptam às coisas materiais que a eles resistem. Do mesmo modo em que influencia as práticas do indivíduo e do grupo, o espaço é também modificado por eles.

Neste ponto, retomo a afirmação: os espaços, assim como as estruturas, edificações e objetos são artefatos. Portanto, coisas feitas e fabricadas, como as cidades, talvez, são os mais complexos artefatos humanos já produzidos. O artefato é todo segmento de natureza física, do universo material, que é socialmente apropriado, isto é, aos qual se impôs, segundo padrões sociais, forma, função e sentido, de maneira conjunta, isoladamente ou ainda em diversas combinações (MENESES, 2004, p.262).

Conforme Halbwachs:

Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. [...] Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras. Não. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo,

e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais (HALBWACHS, 1990, p.133).

As práticas que dão forma e função ao espaço, para instituí-lo como artefato, lhe atribuem sentidos, significações, direção. Mas ao mesmo tempo o espaço não apenas assume os valores derivados da informação e dos sentidos que lhes são atribuídos, mas também, ele próprio alimenta informações e sentidos que se projetam nas práticas sociais e outras esferas de atuação, e produzem efeitos consideráveis e tangíveis nos comportamentos e no ambiente físico e social (MENESES, 2004, p.263).

O espaço deve ser considerado como produto e, ao mesmo tempo, (por favorecer sua reprodução) como um vetor de relações sociais. Por isso supõe-se que de alguma forma se possa ler no espaço, aqui entendido como artefato, a inscrição física de traços que sejam diagnósticos dessas macrorrelações (MENESES, 2004, p.262).

Todo grupo imprime de algum modo sua marca sobre o espaço e evoca suas lembranças no interior de um quadro espacial:

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva em um quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p.143).

Quando nos referimos ao quadro espacial cabe lembrar que não se quer afirmar apenas o espaço em seus aspectos geométricos, ou restrito a seus referenciais imagéticos, suas formas e cores. A materialidade do memorável não diz respeito ao espaço geométrico em si, mas sim ao espaço em sua relação com o corpo, em sua relação com o vivido. Muito do que se constitui como referentes espaciais a rememoração, advém de uma ordem essencialmente sensorial, como sons ou cheiros, sem contar as dimensões simbólicas do espaço (RICOEUR, 2007).

Desta forma os espaços, dentro destes quadros espaciais trabalham como pontos de referência da memória. É a relação de nossa percepção espacial em interação com o tempo da memória que nos permite dizer “Eu estive lá”. É nesta direção que se pode apontar o papel central do espaço construído como um suporte

de memória. As memórias encontram nos lugares uma capacidade de evocação, uma capacidade de atuar como elemento constitutivo dos processos da memória.

É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado locais memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associadas a lugares. E não é por acaso que dizemos, sobre uma coisa que aconteceu, que ela teve lugar. É de fato nesse nível primordial que se constitui o fenômeno dos “lugares de memória”, antes que eles se tornem uma referência para o conhecimento histórico. Esses lugares de memória funcionam principalmente a maneira de *reminders*, dos indícios de recordação, ao oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita da memória morta. Os lugares permanecem como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras (RICOEUR, 2007, p.57-58).

Verifica-se que o espaço se apresenta como referência para o trabalho da memória. Como indício que serve de suporte para as recordações, lugares de “permanência” e inscrição de registros da memória, além de manifestar a potencialidade de se apresentar como documentos.

A este respeito, conforme Pollak (1992), os lugares ao atuarem como suportes de memória, podem ser lugares vividos pessoalmente, lugares que digam respeito a um período “vivido por tabela” ou ainda lugares relacionados a uma memória fora do espaço-tempo do indivíduo ou grupo. Sendo assim, os lugares podem ser particularmente ligados a uma lembrança pessoal, lugares visitados ou vividos pessoalmente, que apresentam ou não um apoio no tempo cronológico. A casa materna ou o espaço da primeira infância são elementos com presença constante nas autobiografias (BOSI, 1994). Pode-se recordar também, de lugares vividos pessoalmente e que nos marcam de uma maneira muito forte, independente de lembrarmos da data real em que a vivência se deu. Daí decorre a afirmação de Ricoeur, (2007) para quem os espaços habitáveis são memoráveis por excelência.

Com relação à faceta mais pública ou coletiva da memória, os lugares são capazes de se constituir como espaços de apoio ou comemoração de acontecimentos que a pessoa pode ou não ter vivido pessoalmente. Lugares que atuam como suporte de acontecimentos vividos pelo grupo ou coletividade a qual a pessoa sinta pertencer. Como exemplo, os monumentos em homenagem aos combatentes e aos mortos durante a Segunda Guerra Mundial e seus significados para aqueles que

sobreviveram aos campos de batalha e toda uma geração que vivenciou tal período da história (POLLAK, 1992).

Por fim, lugares longínquos ou fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa também podem constituir lugares importantes para a memória de um grupo. Caso por exemplo, de descendentes de imigrantes que sentem forte identificação com as tradições, lugares e as memórias transmitidas como heranças familiares, ainda que nunca tenham de fato se deslocado para o país de origem de seus antecessores. Processo possível devido à possibilidade de “herança”, de transferência, transmissão de uma memória, que nos é transferida, em verdade, absorvida por um processo de projeção ou identificação com o passado, por meio de socialização política ou histórica (POLLAK, 1992).

A partir destes apontamentos nota-se que um ponto fundamental que habilita os lugares a atuarem como importantes referências para a memória diz respeito à durabilidade do meio material:

Por se tratar de processos cognitivos encarnados (*embodied cognitive processes*), estão eles [os artefatos] marcados por uma inserção física no universo material. A exterioridade, a concretude, a opacidade, em suma, a natureza física dos objetos materiais, trazem marcas específicas à memória [...] Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente (MENESES, 1998, p.90).

Neste sentido, com relação ao espaço construído por mais que a apologia a *tabula rasa*, legada pelo movimento moderno, e as recentes ondas de demolições e projetos de requalificação e modernização das cidades muitas vezes nos apontem em direção contrária. “O espaço é o meio de inscrição das oscilações mais lentas que a história conhece” (RICOEUR, 2007, p.162). O espaço material das cidades tende a se manter com maior frequência, em comparação com as convulsões e agitações sociais que ocorrem entre os grupos.

Mesmo assim as cidades, seus espaços e construções se transformam no curso da história. No entanto, é necessário apontar que cada sociedade recorta o espaço a seu modo, isto implica dizer que há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos. É nesta direção que Ricoeur (2007) nos revela o potencial do espaço construído como fundamento para a reconstrução da memória coletiva, não só a partir de seu caráter de inscrição, de marca exterior, utilizado como apoio e

escala para o trabalho da memória. Mas também como espaço que é sempre lembrado, ou utilizado como combustível, matéria, dentro de uma narrativa.

[...] o espaço construído consiste em um sistema de sítios para as interações mais importantes da vida. Narrativa e construção operam um mesmo tipo de inscrição, uma na duração, a outra na dureza do material. Cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade. A narrativa impregna mais diretamente ainda o ato arquitetural na medida em que este se determina em relação com uma tradição estabelecida e se arrisca a fazer com que alternem renovação e repetição. Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler (RICOEUR, 2007, p.159).

Nesta direção reconhecer a cidade, seus espaços e construções como lugar de memória é percebê-las como âncora para a memória coletiva, uma destas aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Como resistência no espaço que permite a concretização do tempo da memória. No entanto, cabe ressaltar que ao ser utilizado como suporte para a memória, os lugares não se constituem por um coletivo de vivências homogêneas. A cidade e seus espaços comportam os mais diversos atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos, festas, comportamentos e hábitos. Da mesma forma coexistem em uma cidade, em qualquer momento do tempo, inúmeras memórias coletivas.

Desta maneira reafirma-se a importância do lugar para a construção da memória coletiva, pois embora cada lembrança seja expressada de forma idiossincrática, em histórias privadas, o espaço as inscreve como em um palimpsesto, onde cada fragmento de memória adiciona uma cor, matiz, à recordação. Assim também são as cidades:

[...] cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares (PESAVENTO, 2007, p.17).

Reforça-se um caráter essencial dos espaços como lugares de memória. A partir dos diferentes grupos e formas de apropriação do espaço, eles “acumulam” camadas de memória, eles permitem diversas leituras do espaço. É esta a alegoria do palimpsesto evocada pela autora. Cidades embora sejam pedra, aço, ferro, vidro,

barro, equipamento e traçado, como nos lembra Pesavento (2007), podem ser lidas. Seriam os procedimentos desta leitura que fariam com que a arquitetura assumia o caráter de uma narrativa. Narrativas que articulam no presente, as diferentes e possíveis memórias sobre o espaço. Neste sentido, ela:

[...] colore com os tons do presente as supostas ocorrências do passado, pois a memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser, primeiramente, articulada. A memória social é, pois, memória articulada. São, entretanto, diversas as maneiras de se articular a memória (CARSALADE, 2014, p.183).

Neste ponto caberia ressaltar uma questão essencial com relação aos artefatos e a articulação das diferentes narrativas e discursos que estes alimentam. Abordo aqui a possibilidade de tratamento do artefato como rastro, prova, documento, evidência e testemunho de um determinado acontecimento ou lembrança.

Conforme Ricoeur (2007), se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos, é porque o pesquisador vem ao documento com perguntas. A este respeito Meneses (1998), nos lembra, o documento é um suporte de informação. Os traços materialmente inscritos nos artefatos, como sua morfologia, composição físico-química, sinais de uso e assim por diante, orientam leituras sobre as tecnologias e condições sociais de fabricação, sua função, significações, entre outros. Portanto, não é o pesquisador que faz o documento falar, mas sim o pesquisador que fala por meio dos documentos. No que tange a memória, torna-se assim documento tudo que pode ser interrogado por um pesquisador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado, incluindo aqui, as edificações.

Se artefatos são produtos do engenho humano ao qual são atribuídos sentidos, se os artefatos transcendem suas meras qualidades morfológicas, se essas só podem ser interpretadas em articulação com “atributos historicamente selecionados e mobilizados”, não importa então se falarmos de uma agulha ou de uma estrutura gigantesca, complexa, cheia de detalhes visíveis e invisíveis: todos, sem exceção, dependem da interpretação que deles é feita por seus usuários (BITTENCOURT, 2009, p.24).

Mas existem lugares em que estas interpretações, narrativas (escritas, ou orais) podem ser agrupadas na conformação de diferentes discursos sobre a memória de um lugar, de acontecimentos ou personagens, que por sua vez são colocadas a disposição de uma nova interpretação por seus usuários.

Os museus, os memoriais ou centros de memória se caracterizam como espaços físicos delimitados, que apresentam um potencial de materialização da

memória. Permitem a rememoração e a preservação das mais diferentes narrativas, em alguns casos cristalizando significados ou ainda produzindo novas significações no campo da memória. Estes lugares da memória operam a um só tempo como campos discursivos, centros de interpretação e arenas políticas. Lugares de institucionalização da memória que desde seus primórdios ocupam prédios diferenciados de notável significado nos grandes centros urbanos.

Com este intuito passemos agora para uma conceituação breve das instituições museais que lidam com memórias traumáticas, para depois estabelecermos o enfoque sobre o surgimento das iniciativas que se desenvolvem atualmente na cidade de Belo Horizonte de maneira a evidenciar aspectos que sejam relevantes em nossa reflexão sobre o uso do espaço construído na constituição dos museus que lidam com as narrativas de situações traumáticas.

3. Museus e Memória do Trauma: contextos de repressão e resistência

Assistimos desde o fim do século passado a consagração de toda uma série de patrimônios relacionados às memórias de catástrofes, guerras, genocídios, episódios de opressão, contextos de escravidão, tortura, sofrimentos, e toda sorte de situações traumáticas que, a partir das reivindicações de determinados grupos, assumem um valor simbólico e memorial. Observa-se uma crescente criação de museus consagrados a temas considerados de tratamento difícil, não só pelas especificidades das coleções e memórias que articulam, mas também devido às questões éticas envolvidas.

Museus para a paz, Museus de memórias traumáticas, Museus de memórias difíceis, Museus de direitos humanos, Memoriais, é possível encontrar na literatura uma série de nomenclaturas através das quais se procura identificar este “novo” perfil de museus. Para além de lidar com temas e situações socialmente sensíveis, que por vezes envolvem algum episódio de violação de direitos e violências, estas instituições têm em comum a assunção de uma postura de instigar uma transformação profunda na sociedade (DUFFY, 1993; CARTER, 2013). Convocam seus visitantes a se engajarem em ações de cidadania e colocam o público no centro de suas atividades.

Claramente influenciados pelas novas práticas museológicas trazidas pelo movimento da Nova Museologia, assumem uma postura quase que terapêutica, em

que o museu coloca-se no papel de escutar as comunidades envolvidas, desde questões pessoais, a situações de injustiça social. A partir de então atuam como ferramenta ou instância para o engajamento de seu público que, de maneira ativa, podem ser incluídos nestes projetos, a partir da execução de ações de mediação, programas educativos, discussão e execução de montagens de exposições e toda programação subsequente.

Através destas instituições e de sua forma de atuação é ressaltado o sentido da patrimonialização destas memórias como forma de luta social. A partir da perspectiva de Ferraz:

Essa preservação deve levar em consideração que o significado da memória política é o de luta social. Consagrar o patrimônio que tenha como função apenas ressaltar a presença do Estado opressor e negligenciar as experiências daqueles que se opunham ao regime ou ofuscar o seu poder político naquela época e hoje, é acentuar apenas o lado frio da memória, desconectá-la de sua representatividade, de sua luta política e das relações sociais que se estabeleceram. É também colaborar para a perpetuação do trauma de centenas de indivíduos [...] (FERRAZ, 2007, p.55).

Muitas destas instituições são criadas a partir da perspectiva de um dever de memória. Frequentemente as Comissões da Verdade¹ criadas nos diversos países após períodos de abuso de poder, como parte de suas indicações, recomendam como forma de reparação simbólica às vítimas do abuso, ou da violência de Estado que se materialize um memorial. Embora possam estar ligados a questões e lutas relacionadas a contextos regionais, estes memoriais, que em sua maioria assumem a forma de museus, permitem uma experiência compartilhada de identificação com os grupos e suas memórias. Em sua quase totalidade a mensagem central defendida por estas instituições é a de que a lembrança destes acontecimentos funcione como catalisadora de um movimento que impeça a repetição de situações semelhantes. Advindo daí a ideia do “*Never Again*”, “*Nunca más*”, “*Nunca Mais*”.

Um número crescente de instituições adotam as causas locais com relação aos direitos humanos como questão principal de sua missão institucional. No entanto, este é um fenômeno recente, a maioria destes museus só foram consolidados e implantados no século XXI. Apresentam-se algumas exceções. Não coincidentemente

¹ As Comissões da Verdade e Reconciliação são umas das instâncias criadas, geralmente, após o fim de regimes de exceção e tem como finalidade investigar e avaliar as violações aos direitos humanos efetuadas durante estes regimes e, a partir de suas conclusões, decidir como repará-las. A experiência mais conhecida de Comissão da Verdade é o modelo Sul Africano criado naquele país para as investigações após o regime do Apartheid. Por sua notoriedade o modelo de Comissão da Verdade adotado na África do Sul foi exportado para outros países do mundo (HUYSEN, 2014).

algumas delas ligadas a duas experiências singulares da maior guerra efetuada pela humanidade (CARTER, 2013).

São considerados como pioneiras, as iniciativas realizadas no Japão, que na cidade de Osaka apresenta um Museu dos Direitos Humanos (*Osaka Human Rights Museum*), desde 1985. Além dos dois museus implantados nas cidades de Hiroshima e Nagasaki inaugurados na década de 90 do século XX, Museu Memorial da Paz de Hiroshima (*Hiroshima Peace Memorial Museum*) e o Museu da Bomba Atômica de Nagasaki (*Nagasaki Atomic Bomb Museum*).

Também são precursoras as experiências relacionadas ao Holocausto. O Museu do Holocausto (*United States Holocaust Memorial Museum*), em Washington, e o Museu Judaico (*Jüdisches Museum Berlin*), em Berlim, inaugurados na década de 90 do século passado. Menção honrosa deve ser dada ao Museu Memorial Auschwitz-Birkenau, localizado na cidade de Oświęcim, na Polônia, cuja primeira exposição foi aberta ao público em 1947. A partir desta data o museu sofreu várias mudanças, até chegar a configuração que se tem hoje.

Alguns destes museus encontram-se entre os locais mais visitados do mundo. Refletem uma dupla perspectiva. Ao mesmo tempo em que oferecem um espaço físico e uma oportunidade para o luto, cicatrização e reflexão para as perdas decorridas do evento, efeito potencialmente significativo para os familiares, no que refere as perdas humanas. Constituem-se como locais em que memórias, por vezes, legadas a clandestinidade, podem ascender ao espaço público de forma a garantir uma instância de preservação e compartilhamento. Revelam um entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo a ocultação. Uma das perspectivas fundamentais na ótica do sobrevivente (CASTRO, 2002).

Estas instituições irão apresentar soluções arquitetônicas variadas, onde podemos observar tanto a construção de novos edifícios, quanto a adaptação de antigas edificações. O interessante é perceber que em ambas as linguagens a arquitetura tem um papel fundamental. Através dela desenvolve-se uma estrutura de intertextualidade, onde uma série de referências, histórias e narrativas são relacionadas e sobrepostas, como suporte para a construção semântica que se efetua a partir dos edifícios. A edificação se torna parte integrante e ativa da narrativa museal.

4. O Memorial da Anistia Política e o Colégio de Aplicação da FAFICH - UFMG como lugar de memória

O edifício localizado na Rua Carangola, 300, no bairro Santo Antônio, região sul da capital mineira, foi construído no início do século XX para abrigar a Escola Mineira de Agronomia e Veterinária. Com o passar do tempo, em abril de 1954, a edificação recebeu as acomodações do Ginásio de Aplicação da Universidade de Minas Gerais (UMG).

Em 1961, a partir da inauguração do novo prédio da Faculdade de Filosofia, o “coleginho” passa a integrar um importante complexo universitário onde são agrupados diversos cursos. Em 1968, com a reforma universitária, são criados os institutos e novas faculdades. Origina-se então a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da UFMG que abrigava os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História, Comunicação Social, e Psicologia. Tais cursos tinham no Colégio de Aplicação um espaço de vivência e laboratório de aprendizado e é neste contexto que as dependências da FAFICH serão marcadas como local de memória de resistência ao regime militar.

Em 5 de outubro de 1968, as edificações da Rua Carangola foram cercadas pelos militares, que demandavam a prisão do presidente do Diretório Acadêmico (DA) da FAFICH, à época o estudante de história Waldo Silva, entre outros líderes estudantis. O motivo para a ação era que no subsolo do prédio da FAFICH, naquele dia, ocorria uma reunião sigilosa entre os estudantes com o objetivo de organizar a viagem para o Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), que ocorreria na cidade de Ibiúna, São Paulo. As forças armadas tomaram conhecimento do encontro e perpetraram a ação no intuito de dissolvê-lo.

Começava ali um dos mais célebres episódios de resistência política da Universidade à ditadura. Do subsolo, relembra Waldo Silva, os estudantes foram para os andares mais altos da Fafich (7º e 8º) e, no caminho, montaram barricadas nas rampas internas, com carteiras e mesas recolhidas nas salas de aula. Do alto do prédio, um grupo atirava pedras nos policiais, numa tentativa de evitar a invasão. Os elevadores foram desligados e apenas uma linha de telefone foi mantida, para que os entrincheirados pudessem se comunicar. Aos integrantes da União Estadual de Estudantes (UEE) juntaram-se os demais alunos que assistiam às aulas no dia, além de professores e funcionários. Calcula-se que mais de 700 pessoas ficaram sitiadas no prédio. Aos poucos, os parentes dos estudantes começaram a se juntar, do lado de fora, em busca de notícias (HISTÓRIA..., 2007).

O episódio foi marcado pela recusa do diretor da faculdade, o professor Pedro Parafita de Bessa, em deixar que a polícia invadisse o prédio. Também marcantes foram a firmeza e solidariedade demonstrada entre os alunos, professores e funcionários, que se negaram a entregar os líderes do movimento estudantil. Após muitas negociações, em que se estabeleceram contatos com o vice-presidente da república Pedro Aleixo e o senador Milton Campos, uma carta foi emitida pela direção da FAFICH. Nela, era negada a existência da reunião clandestina. Somente assim o cerco à instituição foi levantado.

O acontecimento é considerado como um dos capítulos marcantes na trajetória de resistência política ao regime militar na cidade, da qual a UFMG, e conseqüentemente suas instalações, se constituem como um dos principais redutos de resistência. Durante a travessia pelos “anos de chumbo”, a instituição teve diversos de seus diretores, reitores e intelectuais, perseguidos, aposentados compulsoriamente e exilados. Principalmente após a promulgação do Ato institucional nº5, através do qual se endureciam as práticas de opressão do regime militar.

Imbuído do espírito de contestação e produção crítica de conhecimento, bem como ancorado nestas memórias de resistência é que se delineia o projeto de implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, a ser instalado nas dependências do antigo Colégio de Aplicação da UFMG. A partir de 2009 firma-se a parceria entre o Ministério da Justiça e a UFMG para concepção e implantação do projeto do Memorial.

A proposta prevê uma nova configuração através da execução de projeto arquitetônico e paisagístico. Será restaurado e adaptado o edifício do antigo Colégio Aplicação, ancorado na ideia da edificação como testemunho do período de resistência ao regime militar. Estão previstas a construção de um novo prédio que funcionará como anexo administrativo do museu e também a edificação de uma praça que integrará as duas construções (FIG.1).

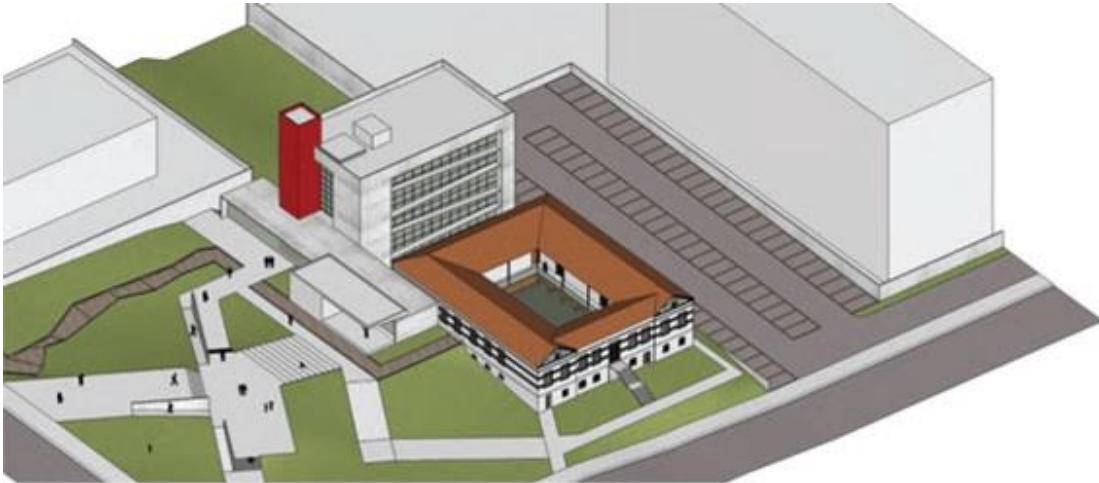


Figura 1 – Representação em 3D do Memorial da Anistia Política do Brasil. Fonte: SANTAROSA, 2009.

Ao se caracterizar como Memorial destinado a abordar a memória do período a partir da perspectiva dos oprimidos pelo regime militar vai ao encontro da contestação de uma versão oficial, ao objetivar trazer para o espaço público memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), por muito tempo condenadas a clandestinidade (CASTRO, 2002). Observa-se o uso de algumas das estratégias comuns de rememoração relacionadas aos espaços de memória do trauma. A presença das listas, com os nomes dos desaparecidos e torturados que, como vimos, traduz-se em linguagem compartilhada por estes projetos (MELENDI, 2006).

Ao ser utilizada dentro do discurso institucional a edificação que abrigava o antigo Colégio de Aplicação, potencializa a relação do local com as memórias a serem trabalhadas pela narrativa museal. O prédio se caracteriza conforme a proposição de Pollak (1992) em referência de apoio para a memória, que ao ser transformado em museu permite um trabalho que reverbera para as gerações futuras. As memórias que relacionam as instalações do “coleginho” com a antiga FAFICH, e por sua vez com a atuação da UFMG e dos movimentos estudantis como instâncias de resistência ao regime militar, são ressaltadas. Utilizadas dentro do projeto como acontecimento chave que justifica a implantação do memorial no espaço.

Neste sentido é a partir do espaço construído que as memórias de um acontecimento de cunho local são projetadas de forma a produzir identificação com uma questão que diz respeito a um contexto nacional, o golpe-civil militar de 1964. Com a transformação do espaço em uma instituição museal, que lida com uma memória de violação de direitos, por sua vez, estas memórias se projetam, em um

contexto transnacional (HUYSSSEN, 2014). Seja através de uma interligação conceitual com outros memoriais ao redor do mundo, da participação do Memorial em redes de instituições museais que lidam com estas memórias ou através do reconhecimento de seu acervo como patrimônio documental da humanidade.

O espaço museal do Memorial da Anistia não foi ainda inaugurado. No entanto, a instituição já tem executado e apoiado ações independente de sua existência como espaço físico. No entanto, por enquanto, suas edificações permanecem em obras, sem uma previsão oficial para sua inauguração e a instituição já se envolve em polêmicas relativas ao atraso e paralisação das obras e denúncias de desvios de verbas. (FIG.2).



Figura 2 – Fachada em obras do “coleginho” – Memorial da Anistia. Fonte: fotografia do autor, 2015

5. O Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais – Casa da Liberdade e o Departamento de Ordem Política e Social de Belo Horizonte como lugar de memória

O edifício localizado na Avenida Afonso Pena, número 2.351, foi construído em 1958, durante a gestão do governador Bias Fortes, para abrigar a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). De autoria do arquiteto Hélio Ferreira Pinto, o prédio de linhas modernistas foi comemorado em sua inauguração como iniciativa de modernização da estrutura e do aparato da polícia civil (FIG.3).



Figura 3 – Vista da fachada do Edifício do Antigo DOPS. Fonte: Fotografia do autor, 2015

O DOPS surge como órgão militar do governo brasileiro que passa a ser notoriamente conhecido como aparato de controle e repressão de movimentos políticos e sociais a partir do Estado Novo, no governo Vargas. Também chamada no período de “polícia política”. No entanto é a partir do regime militar que estes departamentos tornaram-se centros de tortura.

Com o advento do golpe civil-militar, o edifício do DOPS em Belo Horizonte passa a abrigar a partir do ano de 1970, a unidade do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Os DOI-CODI eram diretamente subordinados ao Exército Federal e reuniam, sob um comando único, militares das três Armas, integrantes das Polícias Militares Estaduais, da Polícia Civil e Federal, e do Corpo de Bombeiros.

É dentro deste contexto que a edificação se relaciona às engrenagens utilizadas pelas Forças Militares na luta contra o chamado “aparato subversivo”. Suas instalações foram utilizadas como locais de apreensão, interrogatório e tortura. Este histórico de violência e arbitrariedade marcou o espaço como o principal centro de repressão política de Minas Gerais.

Em nome desta memória difícil, de dor e sofrimento, que estudiosos, entidades sociais e políticos reivindicaram por anos o tombamento da edificação. Da mesma forma sempre foi ventilada a ideia de implantação de um centro de memória no local.

Esta vontade de memória se materializou por meio de uma demanda social na instituição da Lei 13.448 de 2000 (NORA, 1993). Desde então, as idas e vindas do projeto de implantação do Memorial dos Direitos Humanos de Minas Gerais na edificação do antigo DOPS são representativas das disputas no campo da memória. Elas dão testemunho do quanto estas iniciativas e instituições estão suscetíveis às mudanças e inclinações políticas.

É neste sentido significativo que por meio de mobilização pública tenha se estimulado e concretizado o processo de tombamento do antigo DOPS. Ainda que não tenha ocorrido sem entraves, o tombamento municipal, em seu dossiê, dá indicação de sinais visíveis ainda hoje na edificação, da presença de espaços de repressão utilizados durante o regime militar (FIG. 4).



Figura 4 – Fotografia de sala de tortura no prédio do antigo DOPS demonstrando as paredes revestidas em cortiça. Fonte: TVALTEROSA, 2013.

Conforme passagens do dossiê de tombamento:

Em um canto do estacionamento do DOPS, ou seja, estrategicamente localizado fora do edifício principal, existe uma pequena sala, ainda hoje conhecida pelo apelido de sauna. Nela observa-se uma marcação no chão, feita em cimento, encobrindo a existência de uma antiga 'piscina' ou tanque azulejado, de raio pequeno, impossível de ser utilizada para a prática da natação, mas com uma profundidade significativa, capaz de cobrir uma pessoa adulta. Na mesma sala, existe um cubículo, também azulejado, com capacidade para abrigar alguns homens em pé. Nela funcionava 'a sauna'. Esse local, segundo o relato de um policial civil que preferiu não se identificar, era apresentado aos 'de fora' como sendo um espaço de lazer dos funcionários onde, nos finais de semana, faziam churrasco e se refrescavam. Tratava-se, no entanto, de uma sala de tortura, onde os presos passavam pelo o que o policial chamou de "esquenta e esfria". Após ser colocado no calor da sauna, o preso passava por sessões

de afogamento na piscina. Alguns bancos em alvenaria, presentes na sala, completavam o cenário da tortura (DIRETORIA..., 2013, p.39).

Em outro trecho:

Outro cômodo do DOPS que ainda guarda os sinais da prática da tortura é uma saleta, localizada no segundo andar, toda revestida por placas de cortiça. A presença da cortiça, material utilizado para abafar som, denuncia que naquele local, pessoas foram torturadas. Não por acaso, essa sala pode ser acessada por uma entrada extraoficial. Segundo o relato do policial, através dessa entrada, presos eram levados ou retirados do DOPS sem serem vistos por sua família ou advogados que, na entrada oficial do prédio, esperavam em vão por notícias da pessoa detida (DIRETORIA..., 2013, p.41).

Nesta direção nota-se o quanto a materialidade ainda presente do edifício corrobora a natureza imaterial das lembranças daqueles que foram vítimas do regime ditatorial. O prédio do antigo DOPS, por suas celas, por sua distribuição espacial, se posiciona, para além de um caráter de monumento, como um forte documento para ancoragem das memórias deste período de exceção. Sua preservação por meio da implantação de um Memorial pode atuar no sentido do cumprimento de um dever de memória (RICOEUR, 2007), para com as vítimas do regime militar, ampliando o reconhecimento público pela violência de Estado cometida.

Em abril de 2018 o projeto recebe novo fôlego quando a gestão estadual anuncia a implantação do agora batizado Memorial dos Direitos Humanos – Casa da Liberdade. Em sua cerimônia oficial o espaço, conforme apresentado por seus idealizadores, se compromete a ser não somente um local para preservação e divulgação das memórias sobre episódios de violações de direitos no país, mas também uma instituição de resistência na luta pelos valores democráticos.

6. O Espaço Comum Luiz Estrela e o antigo Hospital Militar como lugar de memória

O edifício de estilo arquitetônico neoclássico, característico do início do século XX, foi construído para abrigar o 1º Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Conhecido como Hospital Militar a edificação teve sua inauguração em 1914 (FIG.5). Anos mais tarde o Hospital ganharia notoriedade pela passagem do médico Juscelino Kubitschek, que clinicou em suas dependências no início dos anos 30. O Hospital Militar funcionou em suas dependências até o ano de 1945, quando foi transferido para uma nova sede na avenida do contorno.



Figura 5 – Fachada do Hospital da Força Pública de Minas Gerais. Fonte: APM, 2015.

Em 1947 se instala no edifício o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) e o Instituto de Psicopedagogia. O Hospital que atendia apenas em regime ambulatorial, começa a receber internações a partir de 1949. Começa aí uma série de problemas na instituição que não apresentava estrutura, pessoal, equipamentos e nem medicamentos suficientes para dar conta do elevado número de internações, o que ocasiona uma superlotação do espaço.

A partir de 1973 é criada uma Unidade Psicopedagógica (UNP), que resulta na construção de um anexo ao prédio original. A UNP tinha como finalidade atender a crianças que apresentassem dificuldades de aprendizado. Inicialmente, embora funcionasse em prédio anexo, a Unidade era uma instituição independente, com diretoria própria.

Por esta época já se faziam notórias as condições desumanas a que eram submetidos os internos em diversas das instituições de internação e tratamento psiquiátrico no país. Em Minas Gerais, as condições do Colônia, na cidade de Barbacena, considerado o maior Hospício do Brasil, provocaram repercussões e mobilizaram a opinião pública. Reportagens, documentários, livros, bem como as

afirmações de profissionais respeitados da saúde, somam-se às primeiras mobilizações em torno dos movimentos antimanicomiais no país².

Juntas as cidades de Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte detinham 80% dos leitos de saúde mental do Estado. Dezenove dos vinte e cinco hospitais e centros psiquiátricos de Minas Gerais estavam localizados nestes municípios. Tal fato foi responsável pela atribuição da alcunha de “corredor da loucura” para as três cidades (ARBEX, 2013).

No ano de 1980, ocorre a criação do Centro Psicopedagógico (CPP). Produto da fusão do HNPI com a UNP, o Centro seria responsabilidade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG). Com o advento do CPP decretou-se o fim gradativo das internações. Os pacientes eram atendidos no Centro, mas continuavam a residir em seu meio familiar.

Com a transferência dos últimos internos, encerram-se as atividades médicas no edifício. Em 1990, inaugura-se em suas dependências a Escola Estadual Yolanda Martins Silva destinada a ações pedagógicas com crianças consideradas portadoras de distúrbios mentais. A Escola terá uma trajetória breve já que em 1994, devido ao estado de deterioração do edifício, que apresentava forte presença de rachaduras e infiltrações, bem como comprometimento de suas condições estruturais, teve de ser desocupado para não colocar em risco as vidas de seus ocupantes.

Ironicamente naquele mesmo ano o edifício recebia o tombamento pela Diretoria do Patrimônio Histórico de Belo Horizonte, dentro do conjunto urbano da Praça Floriano Peixoto. A edificação permanece abandonada por cerca de vinte anos.

É neste íterim que um grupo de artistas, educadores, profissionais autônomos, ativistas e produtores culturais se reúnem e organizam uma ação de ocupação cultural. Tinham o objetivo de criar um centro de cultura, arte e educação. O imóvel escolhido pelo grupo foi o antigo edifício do Hospital Militar, a partir de então denominado por eles de “Casarão”. Entre os fatores determinantes para a escolha, se encontrava o relacionamento deste espaço com a memória de sua ocupação enquanto Hospital Psiquiátrico:

² O movimento antimanicomial constitui-se como um conjunto (plural) de atores, cujas lutas e conflitos vêm sendo travadas a partir de diferentes dimensões sócio-político-institucionais. Trata-se de um movimento que articula, em diferentes momentos e graus, relações de solidariedade, conflito e de denúncias sociais tendo em vista as transformações das relações e concepções pautadas na discriminação e no controle do “louco” e da “loucura” em nosso país. (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007).

A escolha do Casarão se deu principalmente pelo histórico de décadas de abandono, pela localização central, o que facilitaria a participação de moradores de diferentes regiões da cidade, e pela possibilidade de articular a ação artístico-cultural que vinha sendo planejada à área da saúde mental, visto que o imóvel faz parte do complexo hospitalar da FHEMIG. Neste sentido o histórico do prédio, bem como a proximidade a uma unidade hospitalar atualmente em uso, são alguns dos eixos transversais presentes neste projeto (ESPAÇO..., 2013, p.1).

É a partir destas premissas que no dia 26 de Outubro de 2013 o coletivo se coloca em movimento. A ocupação contou com a participação direta de cerca de 80 pessoas e com a adesão por meio das redes sociais de mais de 2.000 pessoas. Por meio de música, encenação cênica e uma escada, o grupo adentrou o prédio e inaugurou em suas dependências o Espaço Comum Luiz Estrela (FIG.6).



Figura 6 – Fachada do Espaço Comum Luiz Estrela. Fonte: ANDEIRA, 2013.

A ocupação não se deu sem embates. Seguiram a este período uma série de reuniões e audiências que envolveram representantes do Governo Estadual, da Diretoria de Patrimônio Municipal, da FHEMIG, da FELUMA, do Ministério Público e de membros do coletivo. Até que em 18 de dezembro de 2013, o “casarão” foi cedido para o coletivo por um período de 20 anos.

Desde então o Espaço Comum Luiz Estrela reúne em suas dependências uma série de atividades que dialogam com outras iniciativas e movimentos urbanos que se desenvolvem na cidade de Belo Horizonte no contemporâneo. Feiras, saraus, sessões de filmes, debates, rodas de conversa, oficinas, festas, apresentações musicais, duelos de MCs, e toda sorte de atividades culturais. Para os fins da presente pesquisa me atinarei apenas aos aspectos que envolvem o relacionamento das ações do coletivo com um trabalho com a memória da edificação e suas sucessivas destinações, com foco no uso da edificação como lugar de memória.

Conforme idealizado pelo coletivo do Espaço Comum estão entre as ações prioritárias do projeto “constituir um Centro de Memória no espaço”. O conceito gerador por trás da elaboração deste Centro de Memória gravita em torno principalmente do período de sua ocupação a partir de 1947, com a implantação do HNPI.

De fato, a materialidade atual do edifício, principalmente no que diz respeito à divisão dos espaços, bem como do posicionamento das salas e dos corredores, se relaciona bastante com este período de sua ocupação. Nos dois pavimentos da edificação nenhuma outra sala é acessada sem que tenha que se passar por seus amplos corredores. Quem circula é sempre observado. Outros sinais também dão evidência de sua ocupação enquanto escola. Quadros negros e pinturas com motivos e desenhos infantis nas paredes.

No entanto existe uma parte específica do edifício que tem provocado reações diversas. Após a ocupação do imóvel pelo grupo fundador do Espaço Comum Luiz Estrela, revelou-se a existência de um túnel no subsolo da edificação, estreito, apertado, com aproximadamente 23 metros de comprimento. A entrada para o referido túnel estava “escondida” por trás de um armário.

Ao adentrar este corredor perfilam-se de ambos os lados, ao longo de toda sua extensão, pequenos espaços, comprimidos, cuja escuridão absoluta revela na presença de uma fonte de luz, uma miríade de marcas e inscrições. Rabiscos, marcas de mãos, nomes, desenhos, bem como uma série de números e contas jazem sobre as paredes destes aposentos, cuja composição transmite a impressão de espaços de clausura. Mesmo com a baixa visibilidade e fraca circulação de ar é possível notar por toda extensão do corredor uma série de artefatos espalhados ao chão. Canecas de alumínio, diminutos sapatos e chinelos, brinquedos, frascos de remédios e

ferramentas. Alguns destes espaços laterais encontram-se completamente selados por tijolos, ainda não se sabe o que sua abertura poderá revelar.

Não se pode ainda chegar a um posicionamento conclusivo. O estado atual em que se encontra a edificação, com seu aspecto de ruína, com certeza tem aberto prerrogativas para a imaginação dos membros do coletivo. Não foram encontrados vestígios da existência de possíveis grades ou fechaduras nas entradas dos pequenos cômodos. O que se sabe é que com certeza circularam crianças por estes espaços.

A concreta efetivação de um centro de memória ou museu no espaço depende de uma série de etapas e ações que precisam ainda ser resolvidas. A primeira delas envolve a reabilitação da edificação. Atualmente as atividades no Estrela são realizadas no pátio lateral. Por meio da execução de seu projeto de restauração e da possibilidade de uso do prédio, novas possibilidades se revelarão. O mesmo pode ser dito dos projetos de pesquisa histórica e prospecção arqueológica, já em andamento, que levantarão elementos para subsidiar a implantação deste espaço de memória.

O edifício construído para o Hospital Militar e que mais tarde abrigou o Hospital Psiquiátrico, ao ser transformado em lugar de memória, contribui para retirar do esquecimento um período da história do país em que milhares de pessoas tinham sistematicamente seus direitos violados. Violações de direitos humanos cometidas com a conivência de funcionários, médicos e da população. Violações de direitos praticadas por uma política de Estado, mas sustentada, muitas vezes, pela omissão da sociedade.

O manicômio é a tradução mais completa dessa exclusão, controle e violência. Seus muros escondem a violência (física e simbólica) através de uma roupagem protetora que desculpabiliza a sociedade e descontextualiza os processos sócio-históricos da produção e reprodução da loucura (LÜCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 402).

As memórias que o antigo HNPI ancoram são também de mudanças, avanços e progressos, que ocorrem nestas instituições e na forma de tratar a figura do “louco”, e porque não dizer, de todos que eram “diferentes”. Visto que historicamente a grande maioria dos internos nem sequer tinha diagnóstico de doença mental. Tais mudanças se articulam a partir dos anos de 1980, com os avanços trazidos pelos movimentos antimanicomiais. Por outro lado, são memórias, ao mesmo tempo, de permanências, pois denunciam o quanto ainda hoje o sistema manicomial é fechado, e o quanto certas práticas opressoras ainda persistem.

A construção conjunta de um espaço museal em suas dependências pode permitir ao Espaço Comum Luiz Estrela a formação de um centro de memória que atue como espaço de reflexão e fortalecimento, no sentido de instigar a sociedade a se apropriar desta luta.

7. Considerações Finais:

As mudanças que se colocaram em curso por todo mundo no período pós-segunda guerra mundial produziram reflexos na maneira como as sociedades humanas se relacionam com seu ambiente construído. Tais mudanças estão ligadas diretamente com a ascensão da memória como uma das categorias chave de pensamento ao longo da segunda metade do século XX.

Principalmente marcadas pelo peso das catástrofes que se delinearam ao longo do século passado, bem como pelo fracasso de suas utopias, as comunidades humanas passam a valorizar suas construções de tempos passados e a guardar maior desconfiança no futuro. Os museus e demais instituições de memória começam a abarcar uma temporalidade que é cada vez mais expandida e a ter de lidar com uma diversidade de memórias e narrativas sem precedentes.

Tais experiências têm no relacionamento com o espaço construído uma série de questões fundamentais. Seja por meio da criação de novos marcos urbanos ou da adaptação de antigas edificações, as construções que ocupam fundamentam algumas de suas reflexões centrais. Uma vez que a memória se enraíza no concreto, no espaço, nos gestos, nas imagens e nos objetos (NORA, 1993), ao serem transformadas em instituições museais, a materialidade destes lugares se torna testemunho que permite aos diferentes grupos sociais envolvidos mobilizar estas memórias, geralmente legadas ao esquecimento. Inserido-as em uma experiência compartilhada de identificação com os diferentes grupos e suas memórias.

Neste sentido a arquitetura exerce um papel fundamental. Edifícios de nova arquitetura são construídos com o objetivo de refletir, representar e transmitir a experiência da violência do trauma histórico abordado, que pode impactar o público por aderência às categorias de opressão ou por se fundamentar em conceitos opostos, que são traduzidos pelo repertório arquitetônico em uma espacialidade.

Em outra vertente, estas instituições podem ser implantadas nas edificações que tiveram como palco o desenrolar dos acontecimentos traumáticos, seja em um contexto de opressão ou de resistência. Neste sentido são potencializadas dentro do circuito museográfico como um documento que assume o caráter de testemunho, a partir de sua interligação com as memórias dos sobreviventes.

Em ambas as abordagens o espaço construído apresenta então a potencialidade de ser utilizado como forma de despertar emoções e sentimentos. Recriações dos ambientes de clausura, tortura, segregação e as mais diferenciadas formas de opressão são utilizadas com o intuito de representar as violências físicas e simbólicas sofridas pelas vítimas. Por meio de uma museografia de imersão objetiva-se conectar o visitante às experiências do trauma vivenciadas pelos sobreviventes, vítimas e familiares.

Nesta direção, constituem-se como locais em que memórias, por vezes legadas à clandestinidade, podem ascender ao espaço público de forma a garantir uma instância de preservação e compartilhamento. Revela também o entendimento da memória como instância de resistência e obstáculo a ocultação.

No entanto, como nos lembram os teóricos da memória, o tempo da memória é sempre o presente. E é em função das conjunturas do presente que a memória, este fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo, sofre manipulações, alterações, mutações, controle e flutuações. A dimensão do trabalho de memória nos demonstra seu caráter dinâmico. Em meio aos embates e disputas pela memória, diferentes vontades de memória engendram os mais diversos lugares de memória. Memórias que podem sofrer diversos enquadramentos (POLLAK, 1992).

Os estudos de caso aqui selecionados representam e apresentam de diferentes maneiras, diversas das complexidades do campo da memória em sua interface com o ambiente construído. Os projetos em implantação do Memorial da Anistia, Memorial dos Direitos Humanos – Casa da Liberdade e Espaço Comum Luiz Estrela refletem, ainda que com similitudes e diferenças, o papel fundamental desempenhado pelo espaço e pelo meio material que nos circunda como referentes para a memória.

Como se relacionarão as narrativas planejadas para o Memorial da Anistia e Memorial dos Direitos Humanos a partir de uma percepção de seus suportes

financeiros como garantidos pelo governo? Estarão estes espaços aptos a enveredar por caminhos e questões que possam ser eventualmente incômodas aos governantes?

Seus discursos se alinharão com uma perspectiva de transição democrática, em um tratamento apaziguado das memórias e dos acontecimentos sobre o período da ditadura militar, como parece ser a postura dos atuais governos? Ou, por outro lado, incorporarão narrativas alternativas que refletem a fragilidade do pacto político estabelecido, em ações que solicitam, por exemplo, a revisão da Lei da Anistia?

E no Espaço Comum Luiz Estrela, não será o discurso de ruptura com as memórias hegemônicas um obstáculo à obtenção de recursos? Ou ainda para a colaboração de figuras-chave ligadas ao período, visto que a revelação de tais memórias também pode ser incômoda aos colaboradores e sobreviventes? Devem ser redobradas as atenções para que não se efetue uma apropriação muda dos discursos das vítimas.

Estabelecer lugares de memória, que se engajem em processos mais ativos de rememoração, e que possam atuar como ferramentas para discussão e conscientização sobre as memórias de acontecimentos traumáticos, me parece, nesta medida, fundamental. Discussões que girem em torno da memória e do espaço no campo patrimonial são, neste sentido, necessárias, na medida em que no contemporâneo somos confrontados com questões que enfatizam seu imbricamento, principalmente na constituição de uma memória pública sobre estes acontecimentos.

Referências:

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Ed.Geração Editorial, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEMORIAL DA ANISTIA. Lançamento público da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://www.uv.es/pla/RESERVA/11514lan.htm> Acesso em: 25 de Out, 2015.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro da coisa: observações sobre museus, artefatos e coleções. In: AZEVEDO, Flávia Lemos Mota de et al. *Cidadania, memória e patrimônio: As dimensões do museu no cenário atual*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009. p. 17-31.

BITTENCOURT, José Neves. Armas, beleza, computadores: a Cultura Material em algumas observações introdutórias. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 25-39, jan.-abr. 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. Ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CARSALADE, Flavio de Lemos. *A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARTER, Jennifer. L'éthique dans les musées, créateurs de sens: nouvelles frontières, nouveaux enjeux. In: *Musées, Société des Musées Québécois (SMQ)*, vol. 31, 2013. p. 46-55.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *Memórias clandestinas e sua museificação: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional*. 2002. 180f. Tese (Doutorado), Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DIRETORIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL. DIPC. *Dossiê de tombamento do bem cultural situado na Avenida Afonso Pena, 2351 (lotes 001 e 002, quarteirão 006, 06ª. seção urbana) – antigo DOPS, pertencente ao Conjunto Urbano Avenida Afonso Pena e adjacências*. Dossiê de Tombamento. Fundação Municipal de Cultura, DIPC, Belo Horizonte, 2013.

DUFFY, Terence. The peace museum concept. In: *Museum International*. Museums of war and peace, N. 177, Vol XLV, n° 1, 1993, p. 4-8.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. *Esboço de Projeto Espaço Comum Luiz Estrela*. Belo Horizonte, 2013. 18 p.

FERRAZ, Joana D'arc Fernandes. Os desafios da preservação da memória da ditadura no Brasil. In: ABREU, R; CHAGAS, M; SANTOS, M. (Org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN/DEMU, 2007.p. 48-67.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA: durante o regime militar, UFMG destacou-se por defender autonomia político-acadêmica. *Revista Diversa*, UFMG. Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, Ano 5, n°. 11 Maio, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/diversa/11/politica.html>. Acesso em: 25 out. 2015.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumento, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto. Museu de Arte do Rio. 2014.

KREUZ, Débora Strieder. A Ditadura civil-militar brasileira e a necessidade de lugares de memória. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 8., 2014, Pelotas. *Anais do... : lugares de memória*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014. p. 256-262.

LÜCHMANN, Lígia Helena H; RODRIGUES, Jefferson. O movimento antimanicomial no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (2), p. 399-407, 2007.

MELENDI, Maria Angélica. Antimonumentos: estratégias da memória (e da arte) numa era de catástrofes. In: SELLIGMAN-SILVA, Márcio (Org.), *Palavra e imagem: memória e escritura*, Chapecó, SC: Argos, 2006; p.227-246.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Org. Afonso Carlos Marques dos Santos; Carlos Kessel; Cêça Guimaraens. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional. 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5. nº10, 1992.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. – Campinas, Sp: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Auschwitz e Birkenau: espaços de memória da indústria da morte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO. 8., 2014, Pelotas. *Anais do... : lugares de memória*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2014. p. 201-206.

Data de recebimento: 12.05.2018

Data de aceite: 14.06.2018